

Senhores acionistas, a Administração do Banco WooriBank do Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao primeiro semestre de 2014. Em cumprimento ao disposto no artigo 11 do regulamento anexo I à Resolução nº 4.122/2012 esta

Administração declara aderência ao Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil. O resultado apurado reflete a expectativa de projeção de negócios, com gastos alocados no desenvolvimento de negócios no país. O lucro líquido no primeiro semestre de 2014 foi de

R\$ 1.713 no Plano de Negócios o lucro projetado foi de R\$ 1.316. O processo de gestão de capital do Banco é conduzido de forma prospectiva para estabelecer uma avaliação da necessidade de capital que antecipe a possibilidade de eventos ou mudanças nas condições do mercado.

Estes procedimentos são realizados através, principalmente, do acompanhamento do Plano de Negócios e dos Ativos Ponderados por risco. São Paulo, 28 de agosto de 2014

A Diretoria

Balancos Patrimoniais em 30 de Junho de 2014 e de 2013 - Em milhares de reais				
	2014	2013	2014	2013
Ativo				
Circulante	397.751	89.033	307.701	48.468
Disponibilidades (nota 4)	1.725	14.254	305.238	21.223
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	277.498	19.404	38.494	12.110
Aplicações no mercado aberto	277.498	19.404	266.744	9.113
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	77.189	26.242	1.108	13.339
Carteira própria (nota 6)	77.189	26.242	1.087	13.292
Relações interfinanceiras	963	33	21	47
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	7	6	7
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	957	26	220	12.971
Operações de crédito	40.173	15.946	753	125
Setor privado (nota 7)	40.290	16.107	376	803
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7 (f))	(117)	(161)	13.310	2.948
Outros créditos (nota 8)	203	13.136	13.291	2.916
Carteira de câmbio	39	12.951	13.291	2.916
Diversos	164	185	19	32
Outros valores e bens	—	18	19	32
Despesas antecipadas	—	18	77.648	38.278
Permanente	908	661	77.094	40.000
Imobilizado de uso (nota 9)	908	661	578	—
Outras imobilizações de uso	1.125	725	(24)	2
Depreciações acumuladas	(217)	(66)	—	(1.724)
Total do ativo	398.659	89.694	398.659	89.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Semestres Ffindos em 30 de Junho de 2014 e de 2013 - Em milhares de reais					
	Capital social	Reserva de lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros a distribuir		
Em 31 de dezembro de 2012	40.000	(13)	—	(798)	39.189
Ajuste ao valor de mercado - TVM	—	15	—	—	15
Prejuízo líquido do semestre	—	—	—	(926)	(926)
Em 30 de junho de 2013	40.000	2	—	(1.724)	38.278
Em 31 de dezembro de 2013	77.094	(1)	—	(1.135)	75.958
Ajuste ao valor de mercado - TVM	—	(23)	—	—	(23)
Lucro líquido do semestre	—	—	—	1.713	1.713
Destinação:					
Reserva de lucro	—	86	492	(578)	—
Em 30 de junho de 2014	77.094	(24)	86	492	77.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Semestres Ffindos em 30 de Junho de 2014 e de 2013 Expressos em milhares de reais

1. Contexto operacional: O Banco Woori Bank do Brasil S.A. recebeu autorização para operar pelo Banco Central do Brasil em 22 de março de 2012, por meio do Ofício 01824/2012 BCB/Deorf/GTSP1. O Banco está sediado à Avenida das Nações Unidas, 14.171, São Paulo, e possui autorização para operar na forma de banco múltiplo, estando autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil com as carteiras comerciais, de investimento e a execução de operações no mercado de câmbio. O Banco Woori Bank do Brasil S.A. iniciou suas operações em 03 de setembro de 2012. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e com os critérios estabelecidos pelo plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF, do Banco Central do Brasil. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: • Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; • Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa; • Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas; • Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Eventos subsequentes; • Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; • Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações; • Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; • Resolução CMN nº 4.144/12 (R1) - Emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitam com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional e aprovadas pela CVM, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, bem como da depreciação e as análises de "impairment". A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 12 de agosto de 2014. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Ajuste das receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vendidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue: *Títulos para negociação:* são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. *Títulos mantidos até o vencimento:* são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício. *Títulos disponíveis para venda:* são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização ou perdas de caráter permanente. *Instrumentos financeiros derivativos:* são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Em 30 de junho de 2014 e de 2013, o Banco não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo mínimo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. **f) Imobilizado de uso:** Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que

levam em conta a vida útil-econômica dos bens. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. **g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Em 30 de junho de 2014 e de 2013 não foi identificado indicativo de *impairment*. **h) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. De acordo com a Lei 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. **i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **j) Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro rata" dia). **k) Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo, são classificados no longo prazo. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2014	2013
Caixa	88	112
Banco Central Reserva Livre em espécie	322	147
Depósito no exterior em moeda estrangeira	1.315	13.995
Aplicações interfinanceiras de liquidez (equivalentes de caixa) (nota 5)	277.498	—
Caixa e equivalentes de caixa	279.223	14.254

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2014	2013
a) Composição:		
Aplicações no mercado aberto	—	—
Lastró em títulos públicos (i)	—	19.404
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	242.499	—
Notas do Tesouro Nacional, série B - NTN-B	34.999	—
	277.498	19.404
b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6 (b))	2014	2013
	11.153	335
	11.153	335

6. Títulos e valores mobiliários: a) Composição: Em 30 de junho de 2014 e 2013, os títulos foram classificados na categoria disponíveis para a venda, como segue:

	2014	2013
	Custo atualizado	Valor de mercado
Carteira própria	77.223	77.189
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	77.223	77.189
	77.223	77.189

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2014	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5(b))	11.153	335
Rendas de títulos e valores mobiliários	3.680	1.017
	14.833	1.352

7. Operações de crédito: a) A composição do saldo das operações de crédito está assim demonstrada:

	2014	2013
	Setor Privado	Setor Privado
	Indústria	Indústria
Empréstimos	10.038	16.107
Conta Garantida	30.252	—
Total	40.290	16.107

b) O resultado auferido no semestre foi de R\$ 2.262 (R\$ 384 em 2013).
c) A composição do saldo das operações de crédito, por prazo de vencimento, está assim demonstrada:

	2014	2013
	Vencimento até 1 ano	Vencimento até 1 ano
Empréstimos	10.038	16.107
Conta Garantida	30.252	—
Total	40.290	16.107

Em 30 de junho de 2014 não existiam operações vencidas.
d) A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

	2014	2013
	% sobre Saldo a carteira	% sobre Saldo a carteira
Os três maiores devedores totalizam	29.032	72
Os demais dez maiores totalizam	11.258	28
Total	40.290	100

e) Em 30 de junho de 2014, a carteira de operações de crédito e a provisão para crédito de liquidação duvidosa, estão assim distribuídos:

Nível de risco	2014			2013		
	Nível de provisionamento	Curso Normal	Atraso	Curso Normal	Atraso	Total
AA	—	16.832	—	16.832	—	—
A	0,5%	23.458	—	23.458	117	—
B	1,0%	—	—	—	16.107	161
Total		40.290	—	40.290	117	161

f) A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	2014	2013
Saldo no início do semestre	235	27
Constituição (reversão) no semestre	(118)	134
Saldo no final do semestre	117	161

g) Créditos renegociados: O saldo dos créditos renegociados no semestre foi de R\$ 10.000 (R\$ 3.745 em 2013).

Demonstrações do Resultado para os Semestres Ffindos em 30 de Junho de 2014 e de 2013 - Em milhares de reais		
	2014	2013
Receitas da intermediação financeira	18.093	2.820
Operações de crédito (nota 7 (b))	2.262	384
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 6 (b))	14.833	1.352
Resultado de operações de câmbio (nota 12 (a))	998	1.084
Despesas da intermediação financeira	(11.672)	(271)
Operações de captação no mercado	(11.790)	(137)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7 (f))	118	(134)
Resultado bruto da intermediação financeira	6.421	2.549
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.787)	(3.475)
Receitas de prestação de serviços	35	5
Rendas de tarifas bancárias	9	—
Despesas de pessoal (nota 14)	(1.522)	(1.240)
Despesas administrativas (nota 16)	(1.970)	(2.104)
Despesas tributárias (nota 15)	(311)	(134)
Outras receitas operacionais	4	4
Outras despesas operacionais	(32)	(6)
Resultado operacional	2.634	(926)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	2.634	(926)
Imposto de renda e contribuição social (nota 17)	(831)	—
Provisão para imposto de renda	(515)	—
Provisão para contribuição social	(316)	—
Participação estatutária no lucro	(90)	—
Lucro/(prejuízo) do semestre	1.713	(926)
Número de ações (em milhares)	77.094	40.000
Lucro/(prejuízo) por lote de mil ações - RS	22,22	(23,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

9. Ativo Imobilizado:	
Móveis e equipamentos de uso	—
Sistema de comunicação	—
Equipamentos de processamento de dados	—
Sistema de Segurança	—
Instalações	—
Veículos	—

10. Depósitos:	
Depósitos à vista	—
Depósitos a prazo	—

11. Relações interdependências:	
Refere-se substancialmente ao valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional.	—

12. Outras Obrigações:	
a) Câmbio:	2014
Capital vendido a liquidar	220
Obrigações por compras de câmbio - Financeiro	—
	220

O resultado auferido no semestre foi de R\$ 998 (R\$ 1.084 em 2013).

b) Fiscais e previdenciárias:	
	2014
Prov. para Imp. e contrib. s/lucro Imp. e contrib. s/salários a pagar	509
IRRF s/resgate CDB	6
PIS e Cofins a recolher	53
Outros	15
	753

c) Diversos:	
	2014
Provisões para Pagamentos a Efetuar	230
Fornecedores de Bens e Serviços	71
Aluguel	65
Contas a Pagar - Woori Representações SP (nota 18)	—
Outras Contas a Pagar	10
Total	376

13. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social do Banco é representado por 77.094.000 (40.000.000 em 30/06/2013) ações ordinárias, nominativas ao valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas. Conforme ata da assembleia geral extraordinária realizada em 25 de outubro de 2013, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 37.094 mil mediante a emissão de 37.094.000 novas ações ordinárias nominativas ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 19 de dezembro de 2013. Os acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Reserva de lucro: A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva legal atingir 20% do capital social.

14. Despesas com pessoal:	
	2014
Honorários para diretoria (nota 18)	547
Benefícios	158
Encargos sociais	299
Proventos	508
Treino	10
Total	1.522

15. Despesas tributárias:	
	20